

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.426 - SP (2019/0091696-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : AGENOR MOREIRA BORJA
ADVOGADOS : ANNA LUCIA DA MOTTA PACHECO CARDOSO DE MELLO - SP100930
LUIZ FRANÇA GUIMARÃES FERREIRA E OUTRO(S) - SP166897
FELIPE VILELA FREITAS - SP344006
AGRAVADO : MUNICIPIO DE CAMPOS DO JORDAO
ADVOGADO : ANA MARIA DA SILVA MIRANDA E OUTRO(S) - SP094816

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Agenor Moreira Borja**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 129):

Certidão de Dívida Ativa — Execução fiscal — Exercícios de 2006 a 2009 - IPTU- Extinção da execução decretada com fulcro no Art. 485, VI, do CPC/2015 - Nulidade - Impossibilidade - Inexistência de nulidade - Circunstâncias em que a nulidade da CDA não deve ser decretada por eventuais falhas que não geram prejuízos para o executado promover a sua defesa (577 — 1ª Turma — Rei Min. Luiz Fux, DJU 19.05.2003 ~ Al n. 485.548-RJ) - Hipótese em que não se configura qualquer óbice ao prosseguimento da execução - CDA que goza de presunção de liquidez e certeza, regular e válida - Extinção afastada — Recurso Provido.

Não foram opostos embargos declaratórios.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 2º, § 5º, II e IV, da LEF. Sustenta, em síntese, que "*os títulos executivos que guarnecem a execução fiscal embargada, são deficitários e, por conseguinte, afrontam princípios basilares constitucionais, como o da ampla defesa e do contraditório, ao não atender outro primado de suma importância, qual seja, o da legalidade tributária.*" (fls. 138/139).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem consignou que a CDA não apresenta nulidade, preenchendo todos os requisitos legais. É o que se extrai do seguinte excerto (fls. 129/131):

Respeitando o entendimento adotado pelo Nobre Magistrado sentenciante, a r. sentença de extinção merece ser reformada, prosseguindo-se com o executivo fiscal.

As CDAs acostadas às fls. 03/06, não padece, data venia, de qualquer vício de forma, bastando a simples leitura para se concluir que ela preenche devidamente os requisitos dos artigos 202 do CTN e 2º da Lei nº 6.830/80.

Aliás, indica não só a origem da dívida — IPTU, dos exercícios de 2006 a 2009, mas o número de inscrição da dívida ativa, o valor do principal em reais, a data do lançamento, o nome do contribuinte a correção monetária e os juros.

(...)

Tendo em vista que os créditos indicados na Certidão da Dívida Ativa são previstos em lei e não haverá dificuldade na defesa da executada, apresentando o referido título extrajudicial perfeitas condições de instruir a execução, preenchendo os requisitos legais, a medida que se impõe é o reconhecimento da higidez da CDA.

Por essas razões, o recurso interposto pela Municipalidade comporta provimento para afastar o decreto de extinção da execução fiscal, tendo lugar, pois, o regular prosseguimento do feito, diante da sua presunção de liquidez e certeza.

Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à validade da CDA e à possibilidade de defesa, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

[...]

2. A pretensão recursal - declarar a nulidade da CDA por ausência de atendimento aos requisitos legais - esbarra no reexame do contexto fático-probatório da lide, vedado ao STJ,

Superior Tribunal de Justiça

nos termos da Súmula 7.

3. A alteração das conclusões adotadas no acórdão recorrido, tal como colocada nas razões recursais, de modo a constatar o alegado cerceamento de defesa da agravante, requer incursão do conjunto fático-probatório, visto que a instância a quo utilizou elementos contidos nos autos para alcançar tal entendimento. Assim, a análise dessa questão demanda reexame de provas, o que é inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1460521/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 05/12/2014)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator